

GOVERNO ESTADUAL

Pedidos de indenização somam R\$ 40 bilhões

Paulo Pinto/AE

Administração paulista enfrenta 250 ações desse tipo e teme "indústria das indenizações"

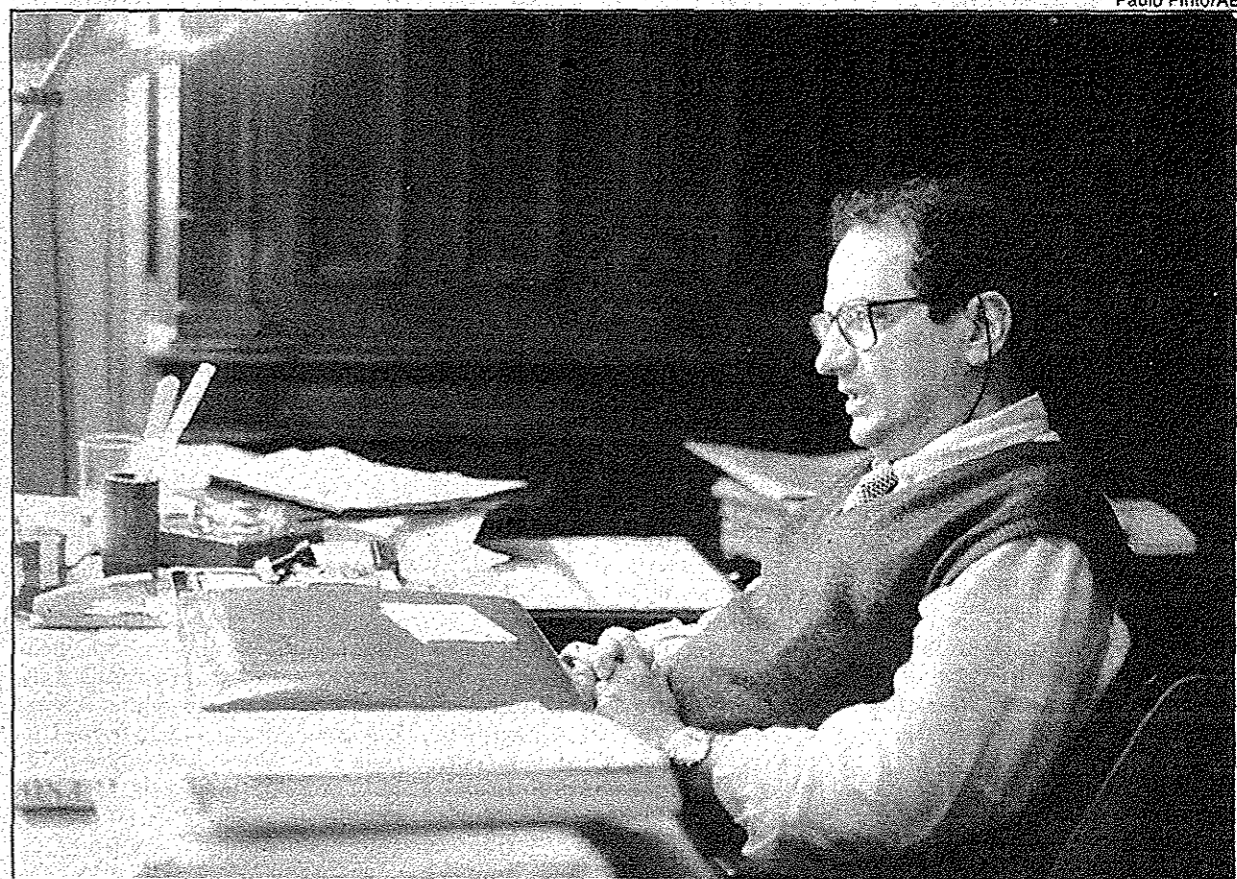
FAUSTO MACEDO

Cerca de 250 ações indenizatórias contra o Estado, movidas por proprietários de terras desapropriadas em áreas de preservação ambiental e estações ecológicas, estão em curso na Justiça de São Paulo. Cálculo parcial da Procuradoria Geral do Estado (PGE), órgão que defende o governo, indica que, se a Fazenda for condenada em todas as ações, o montante a ser indenizado alcançará cerca de R\$ 40 bilhões.

O Palácio dos Bandeirantes determinou à PGE a criação de um grupo de trabalho para encontrar uma forma de impedir o avanço do que classifica de "indústria das indenizações". O subprocurador-geral José Roberto Moraes disse ao Estado que "há verdadeiramente uma sangria desatada", referindo-se às ações. A PGE aguarda a conversão e atualização de valores dos débitos lançados nas sentenças judiciais para concluir relatório que será entregue ao governador Mário Covas. O plano da Procuradoria para represar os pagamentos e inibir novas ações tem cinco etapas:

- 1) Propostas de mudanças na legislação.
- 2) Ajuizamento de ações regressivas contra a União no Supremo Tribunal Federal (STF)º.
- 3) Ações rescisórias para anulação de sentenças judiciais.
- 4) Formação de um lobby sobre juízes e desembargadores para sensibilizar o Judiciário para o grande volume de ações.
- 5) Novos métodos para avaliação das terras.

Projeção — Os laudos periciais são peças decisivas para a Justiça, apontando dimensões das áreas, coberturas vegetais e características da região. O perito calcula o



José Roberto Moraes, subprocurador-geral: "Há verdadeiramente uma sangria desatada."

valor da terra e inclui no trabalho uma projeção sobre a produção que poderia ser realizada, por meio de plantações e criações. É nesse ponto que reside a polêmica dos laudos.

Segundo a PGE, a maior parte do território sob proteção ambiental "é inóspita". As áreas reclamadas são, geralmente, encostas da Serra do Mar, com topografia íngreme e inviáveis para a produção. A Procuradoria coloca em dúvida valores indicados em laudos. Normalmente, os técnicos fazem a perícia por amostragem, sem percorrer a área



EQUIPE FAZ PLANO PARA INIBIR PROCESSOS

O advogado José Mário Pimentel de Assis Moura, presidente da Associação Brasileira dos Credores da Administração Pública, rebate as suspeitas do governo e afirma que as perícias são "absolutamente corretas e irrepreensíveis do ponto de vista técnico". Assis Moura diz que os proprietários querem receber "exclusivamente o valor correto, não existe superavaliação de terras".

"Precisamos de um aparato pericial mais adequado", reivindica o subprocurador-geral. "O Tribunal de Justiça tem se mostrado insen-

sível aos argumentos da Procuradoria devido ao conceito do direito de propriedade", declara. A PGE quer fazer "um alerta ao Tribunal de Justiça". Segundo Moraes, há casos de pessoas que compraram áreas depois que elas foram transformadas em reserva para poderem ingressar com ação. Essa prática, de acordo com o governo, caracteriza a existência da "indústria da indenização".

A Procuradoria detectou que a Fazenda é condenada a pagar por lotes de madeira que jamais foram plantada. A decisão judicial tem amparo em laudos que projetam suposta produção de madeira e outros bens. A PGE vai incluir nos laudos de contestação dados sobre custos de produção e retirada de material. Esse gasto não é computado pelos proprietários quando os laudos são preparados

Estado chega a pagar cem vezes o valor

Procurador prepara quadro comparativo do preço do hectare na Serra do Mar e no Interior

O procurador Jacques Lamac, que atua na região de São José dos Campos e no Litoral Norte, está concluindo quadro comparativo que servirá de base para o relatório sobre as ações indenizatórias contra a Fazenda. O quadro revela preços de hectares na Serra do Mar e em áreas férteis do interior do Estado.

O estudo, que será entregue ao governador Mário Covas, cita valo-

res de propriedades em áreas produtivas. Um exemplo: o hectare na Serra do Mar é avaliado em cerca de R\$ 160 mil. O Estado paga, em muitos casos, valores cem vezes superiores aos de mercado, de acordo com a PGE.

A primeira parte do trabalho traz detalhes sobre 13 ações com valores mais elevados. Em dois casos, em Ubatuba e Caraguatatuba, o Estado foi condenado a pagar R\$ 800 milhões por duas gle-

bas desapropriadas, uma com 3.097 hectares e a outra com 13.178 hectares. A Procuradoria examinou também autos de processos nas Comarcas de São Sebastião, Jacupiranga, Itanhaém, Mogi das Cruzes, São Luiz de Paraitinga e Paraíba.

NOVA LEI PODE SERVIR PARA FIXAR PARÂMETRO

Lamac tem algumas sugestões para mudar o quadro: formação de uma aliança entre a Procuradoria, a Secretaria do Meio Ambiente e o Instituto Florestal; realiza-

ção de perícias sobre o real valor da cobertura vegetal da área desapropriada, com os custos da exploração e transporte; e apontamento dos danos ambientais causados pela exploração das áreas. O objetivo é processar os proprietários com base na Lei de Proteção ao Meio Ambiente.

O procurador defende a criação de uma lei para indenizações com tabelas e estudos que sirvam de parâmetro para o valor de mercado do imóvel. "Esse trabalho servirá de referencial ao Judiciário, evitando-se as superavaliações e pagamento de valores astronômicos", afirma. (F.M.)